

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 12

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Auxílio Brasil é inconstitucional e há risco de superendividamento, diz Aras ao STF3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SERVIDOR PÚBLICO

Responsabilidades fiscal e social precisam andar juntas, diz Pérsio Arida 4

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Relatórios ao STF citam perfil de líderes e financiadores de atos pró-Bolsonaro 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Para Aras, consignadodo Auxílio Brasil é ilegal10

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Inflação para pessoas acima de 50 anos supera o IPCA 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHA MAIS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com Lula, país participará mais de temas globais, afirma analista 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Cybercrime brasileiro se expande e agora ameaça Europa e EUA19

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Países perdem US\$ 89 bi com falta de transparência das múltis, aponta ONG20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Divergência na validade da PEC 21

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Lula reforça que auxílio deve ficar fora do teto 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

A conta da gasolina (Editorial) 24

FOLHA DE S. PAULO - SP - AMBIENTE
ECONOMIA

O Brasil mediador está de volta, diz Lula em reuniões com China e EUA 25

O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Polônia diz que foi alvo de míssil russo; Moscou nega participação (Artigo)27

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Brasil não tem como escapar de debate sobre regra fiscal (Editorial) 29

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
ECONOMIA

Obstáculos ao novo governo	30
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Proposta defende que resultado primário deixe de ser meta fiscal	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Após subir na covid, capacidade de poupar retoma a quase zero	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
PIB ruma para maior nível histórico no 3º tri	33
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
G20 condena a guerra e promete proteger a estabilidade econômica	34

Auxílio Brasil é inconstitucional e há risco de superendividamento, diz Aras ao STF

Fernanda Strickland

O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a lei que libera o empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) é inconstitucional. A cinco dias do segundo turno das eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, regulamentou a Lei 14.431/2022 por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União.

Para a PGR, ao permitir que um grupo de vulnerabilidade econômica comprometa um percentual importante de sua renda mensal, abre-se um precedente para o superendividamento das famílias. Segundo Aras, a lei viola princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana e de defesa do consumidor.

A manifestação se refere a uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo PDT. O processo está sob relatoria do ministro do STF Kassio Nunes Marques. No pedido, a agremiação alega que a lei oferece potenciais danos à população menos favorecida: idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de miséria.

O procurador-geral afirmou ainda que a Suprema Corte já decidiu que o princípio da livre iniciativa não proíbe o Estado de atuar para garantir o alcance de objetivos indispensáveis para a manutenção da coesão social. O que fez a lei impugnada, ao aumentar os limites para (ou possibilitar) a contratação de empréstimos com pagamento descontado em folha pelo **INSS** ou pela União, foi retirar uma camada de proteção a direitos da população hipossuficiente, escreveu o PGR.

Crise econômica

Na avaliação de Augusto Aras, no cenário de grave crise econômica e social, por conta da pandemia de covid-19 e da guerra na Ucrânia, por exemplo, essa parcela da população brasileira fica ainda mais vulnerável às instituições financeiras credoras.

O valor máximo que poderia ser contratado seria aquele em que as parcelas comprometessem até 40% do valor mensal do benefício. Contudo, em vez de ser

considerado o valor mínimo atual do benefício (R\$ 600), que só vale até dezembro, a referência deve ser o valor original de R\$ 400. Assim, a parcela não poderá ultrapassar R\$ 160.

No entanto, o Consignado Auxílio, lançado em 11 de outubro, foi suspenso pela primeira vez entre 21 e 24 de outubro, pela Caixa. Depois, a instituição suspendeu o empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil até 14 de novembro. De acordo com a Caixa, a suspensão foi causada pelo processamento da folha de pagamento do Auxílio Brasil, operação que envolve também a Dataprev e o Ministério da Cidadania.

Após permanecer suspensa por duas semanas, a contratação de empréstimo consignado para beneficiários do programa e renda mínima voltou a ser liberada pela Caixa Econômica Federal no início desta semana. O consignado estava suspenso desde o dia 1º de novembro e, conforme anunciado no primeiro dia deste mês, volta a operar hoje pela manhã.

Site:

<http://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/11/5052103-auxilio-brasil-e-inconstitucional-e-ha-risco-de-superendividamento-diz-aras-ao-stf.html>

Responsabilidades fiscal e social precisam andar juntas, diz Pêrsio Arida

Igor Gielow

O economista Pêrsio Arida, um dos pais do Plano Real e integrante da equipe de transição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou nesta terça (15) que "responsabilidades fiscal e social andam juntas, não são opostas".

Pêrsio respondia a perguntas após palestra durante uma conferência realizada em Nova York pelo Lide, grupo empresarial fundado pelo ex-governador paulista João Doria.

Ele foi questionado acerca do debate iniciado por Lula no discurso em que opôs a ideia de prioridade social à responsabilidade fiscal, que gerou alarido no mercado financeiro. "Políticas sociais sem responsabilidade fiscal geram uma crise econômica que acaba por inviabilizá-las. Temos exemplos opostos também", afirmou.

Depois, sugeriu uma Lei de Responsabilidade Social, com métricas estabelecidas no setor, semelhante à Lei de Responsabilidade Fiscal dos anos Fernando Henrique Cardoso.

"Se você avançar num front e não no outro, mais cedo ou mais tarde não conseguirá fazer nenhum avanço", disse, limitando sua resposta por questões de sigilo impostas aos integrantes da equipe de transição. "Devemos ambicionar um crescimento maior, mas a inclusão social depende da educação. No curto prazo, no entanto, temos de atender essa massa marginalizada, que está passando fome", disse.

Ele diz que as transferências "consensuais" de renda atuais partem de um gasto anual estimado de R\$ 70 bilhões, mas considerou que criar "excepcionalidades" e vinculações de despesas não são o melhor caminho. "Isso vai estar no Orçamento todos os anos que for necessário aprovar", disse Pêrsio, defensor de instrumentos como o teto de gastos.

"Pode ser que sejam necessários fundos específicos" para o combate à miséria, disse, admitindo a possibilidade de usar recursos oriundos de desestatização para tal fim.

Divergiu de André Lara Resende, também integrante da transição e pai do Real, ao dizer ser contrário à

expansão do gasto público para cobrir tais despesas.

Ele vê um cenário adverso para o ano que vem, com a queda do crescimento americano e as dificuldades chinesas. Pêrsio, cotado para o Ministério da Fazenda ou outro posto na economia sob Lula, fez uma defesa de três pontos de reforma.

"Primeiro, abertura e integração ao mundo. O Brasil tem uma economia fechada. Veja o caso do Chile, a vantagem de crescer com uma economia aberta. Temos de firmar o acordo Mercosul-União Europeia, entrar na OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), nos integrarmos ao máximo à economia mundial", afirmou.

Também defendeu a reforma do Estado, passando pela administrativa, com unificação de carreiras e bônus de estímulo a **servidores públicos** com bom desempenho. "É necessário revisar os gastos. Vemos camadas e camadas de gastos que perderam o sentido", afirmou.

Pêrsio também fez um elogio à independência do Banco Central, algo já criticado por Lula. "Seria um retrocesso enorme perder a independência", disse, elogiando o presidente do órgão, Roberto Campos Neto, também presente ao evento. "O papel regulador é fundamental e requer independência", disse.

Voltou a defender a **reforma tributária**, prevendo que seja possível "avançar nas duas PECs do IVA", as propostas de unificação de **impostos** federais e estaduais. "É factível conseguir isso em seis ou oito meses", afirmou.

O ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, que foi presidente do Banco Central durante os oito anos do governo Lula, disse que é possível "crescer mais e melhor" com responsabilidade fiscal, mas levando em conta a realidade.

"É irrealista achar que o governo novo vai dizer para a família que ganha R\$ 600 de auxílio para receber menos. Aí temos um problema de orçamento, uma negociação complicada", disse Meirelles. Ele defendeu o "waiver", o gasto excepcional acima do teto. "A licença para gastar precisa ter limite", afirmou, afirmando que um caminho é o corte dos benefícios tributários.

Fez piada com a despesa na Empresa de Planejamento e Logística, criada no governo de Dilma Rousseff (PT) para implantar o trem-bala -que nunca se materializou. Também na mesa de debatedores, o ex-ministro da Fazenda de Dilma Joaquim Levy, hoje no Banco Safra, sorriu amarelo.

Em tom descontraído, Meirelles negou ter dito a investidores que "Lula dilmou", ao comentar a questão do discurso do petista.

"A maior política social não é chamar um benefício de auxílio emergencial ou de Bolsa Família. A política social sustentável é a retomada do crescimento econômico, com geração de emprego e renda. Não há política social que se sustente, sem crescer em níveis elevados e por períodos prolongados. O setor bancário está convicto de que o Brasil deve e pode crescer a taxas mais promissoras", afirmou Isaac Sidney, presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos).

"O Brasil investe cerca de 15% do seu **PIB**, muito menos que a maioria dos países emergentes e longe do que necessitamos para crescer. E qual a razão de ainda estarmos investindo pouco? Está no modelo. O investimento público se exauriu, colapsou. Temos de reconhecer que o novo modelo de investimentos a ser, incessantemente, perseguido deve buscar a liderança e o protagonismo do capital privado", disse.

Sidney defendeu também a responsabilidade fiscal, além de criticar indiretamente a balbúrdia política do governo de Jair Bolsonaro (PL). "O país precisa voltar a ter estabilidade", disse, elogiando o trabalho do BC na trajetória da **inflação**.

"Confiamos nas nossas instituições, que não fraquejaram. Muito menos deveríamos gastar nossa energia em discussões inúteis, polêmicas rasas e debates enviesados. O Brasil precisa de uma grande conjunção de forças, de um pacto, de debates de ideias, e não de retóricas, ataques e bravatas."

O empresário Rubens Ometto, do grupo Cosan, disse esperar previsibilidade do governo Lula. "Queremos que os nomes da economia sejam anunciados logo", disse. "É importante o governo não recorrer a soluções simples. O que aconteceu com o preço dos combustíveis [no governo Dilma] quase destruiu o mercado de etanol", afirmou, defendendo o seu negócio principal -energia renovável.

"O Brasil pode gerar mais crédito de carbono no mundo e atingir as metas de emissão zero em 2050. O mercado internacional ainda não paga o sequestro de carbono [da floresta amazônica] no Brasil como paga

na Europa", afirmou.

O jornalista viajou a convite do Lide

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50097>

Relatórios ao STF citam perfil de líderes e financiadores de atos pró-Bolsonaro



São Paulo: manifestantes em frente ao Comando Militar do Sudeste, no Ibirapuera, zona sul da capital



Brasília: concentração na porta do Quartel-General do Exército



Rio: mobilização no Comando Militar do Leste, na região central

RAYSSA MOTTA FAUSTO MACEDO

Relatórios enviados pelas polícias Militar, Civil e Federal e pelo Ministério Público nos Estados ao Supremo Tribunal Federal (STF) indicam o perfil dos líderes e financiadores dos protestos com mensagens antidemocráticas que resultaram em bloqueios de estradas após as eleições e concentrações próximas a

instalações das Forças Armadas pelo País.

Os documentos foram produzidos por ordem do ministro Alexandre de Moraes e reúnem fotos, levantamentos sobre os alvos e detalhes a respeito do trabalho em curso para desmobilizar as manifestações. As primeiras informações foram divulgadas pelo site SBT News. A reportagem do Estadão teve acesso aos documentos encaminhados pelos órgãos de segurança ao STF.

Os relatórios citam políticos, policiais e ex-policiais, **servidores públicos**, sindicalistas, fazendeiros, empresários do a-gronegócio e donos de estandes de tiro. Eles não são acusados de crimes, mas poderão ser investigados criminalmente.

Os relatórios com base em dados colhidos nos pontos de manifestação citam o protagonismo dos líderes, identificam os donos de veículos usados para bloquear vias e os responsáveis por alugar banheiros químicos e carros de som. Os investigadores também buscaram dados nas redes sociais, em que algumas pessoas se identificaram como lideranças ao divulgar os protestos.

Desde o resultado do segundo turno das eleições, manifestações convocadas por apoiadores do presidente Jair Bolsonaro (PL) questionam o resultado das urnas. Concentrações mantidas nas sedes de comandos militares foram engrossadas ontem, no feriado de Proclamação da República. Os manifestantes defendem ações contra o STF e fazem pedidos de intervenção federal.

"EXTREMISTAS". Nanoite de anteontem, após ser alvo de manifestantes em Nova York, Moraes publicou no Twitter que "o povo se manifestou livremente e a democracia venceu!". "O Brasil merece paz, serenidade, desenvolvimento e igualdade social. E os extremistas antidemocráticos merecem e terão a aplicação da lei penal." Relatório de inteligência da PM do Acre aponta, por exemplo, que dois fazendeiros locais estariam entre os financiadores dos atos em defesa de intervenção das Forças Armadas contra o resultado da eleição.

Em Goiás, empresários donos de uma panificadora, um ex-vereador de São Miguel do Araguaia, um corretor e candidato derrotado a prefeito da cidade em 2020 são citados pela Polícia Civil como líderes de

bloqueios na zona rural.

No Maranhão, dois candidatos a deputado estadual - um investigador de polícia lotado na Secretaria de Segurança Pública do Estado e um líder do movimento Patriotas do Asfalto SLZ - foram apontados como responsáveis pelas manifestações em frente ao quartel do 24.º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em São Luís.

Um dos líderes do Movimento Direita BH e um comerciante foram os principais articuladores dos atos em Minas, diz o relatório. Empresários são citados como líderes e organizadores, fornecendo alimento e água para os manifestantes no Paraná.

No Rio Grande do Sul, o documento da Polícia Civil do Estado cita um PM aposentado, um representante do movimento Direita RS, um deputado federal eleito e uma agente penitenciária como organizadores e incentivadores de protestos no Estado. A Polícia Civil também monitorou as redes sociais de agentes públicos que, segundo o documento, tiveram "intensa atividade".

Em Santa Catarina, um empresário, dono de uma produtora de erva-mate, é apontado como um dos financiadores dos protestos locais, segundo o documento enviado ao STF.

MOBILIZAÇÃO. Ontem, o feriado de Proclamação da República fez com que aumentasse o número de apoiadores de Bolsonaro que protestam contra a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) entre o prédio da Assembleia Legislativa de São Paulo e o Comando Militar do Sudeste, na capital paulista.

Às 15h, o grupo aderiu ao ato conjunto organizado em diferentes cidades do País e fez uma oração conjunta. Centenas de pessoas se ajoelharam em frente ao portão do comando e proferiram preces cristãs.

Em Brasília, manifestantes se reuniram em frente ao Quartel-General do Exército. Com carro de som, faixas e cartazes, eles clamaram por intervenção das Forças Armadas no poder, o que é inconstitucional, e declararam plano de "impedir a posse" de Lula. Jornalistas do grupo Jovem Pan foram hostilizados e deixaram o local.

Ao menos 30 caminhões sem caçambas foram usados para fechar em alguns momentos todas as 16 faixas da Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio. O protesto ocorreu em frente ao Comando Militar do Leste. colabora ram ananda muller, felipefra- ZÃO, WILTON JUNIOR, PEDRO KIRILOS, VINÍCIUS NEDER E CARLOS EDUARDO CHEREM

.....

Provocado, Barroso reage a manifestante em NY: 'Perdeu, mané'

Ministros do Supremo que participaram em Nova York do Lide Brazil Conference – evento com empresários e investidores – foram novamente hostilizados ontem por manifestantes que protestam contra o resultado da eleição.

Ao caminharem até o local das palestras, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes foram abordados por um homem que questionou se o TSE deixaria “o código-fonte das urnas ser exposto”. Irritado, Barroso respondeu: “Perdeu, mané. Não amola”. Moraes ficou em silêncio.

O vídeo foi publicado por Allan dos Santos, foragido da Justiça no Brasil. O blogueiro teve a prisão decretada em 2021 no inquérito das fake news, mas seu nome ainda não foi incluído na lista vermelha da Interpol. Por isso, não pode ser extraditado. ● PEDRO VENCESLAU

.....

Informações
Relatórios têm como base
dados colhidos nos pontos
de manifestação e também
nas redes sociais

.....

Para Aras, consignado do Auxílio Brasil é ilegal

FERNANDA STRICKLAND LUANA PATRIOLINO

O procurador-geral da República, Augusto Aras, afirmou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que a lei que libera o empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) é inconstitucional. A cinco dias do segundo turno das eleições, o presidente Jair Bolsonaro (PL), candidato à reeleição, regulamentou a Lei 14.431/2022 por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União.

Para a PGR, ao permitir que um grupo de vulnerabilidade econômica comprometa um percentual importante de sua renda mensal, abre-se um precedente para o "superendividamento" das famílias. Segundo Aras, a lei viola princípios constitucionais de dignidade da pessoa humana e de defesa do consumidor.

A manifestação se refere a uma ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo PDT. O processo está sob relatoria do ministro do STF Kassio Nunes Marques. No pedido, a agremiação alega que a lei oferece potenciais danos à população menos favorecida: idosos, pessoas com deficiência e famílias em situação de miséria.

O procurador-geral afirmou ainda que a Suprema Corte já decidiu que o princípio da livre iniciativa não proíbe o Estado de atuar para garantir o alcance de objetivos indispensáveis para a manutenção da coesão social. "O que fez a lei impugnada, ao aumentar os limites para (ou possibilitar) a contratação de empréstimos com pagamento descontado em folha pelo **INSS** ou pela União, foi retirar uma camada de proteção a direitos da população hipossuficiente", escreveu o PGR.

Crise econômica

Na avaliação de Augusto Aras, no cenário de grave crise econômica e social, por conta da pandemia de covid-19 e da guerra na Ucrânia, por exemplo, essa parcela da população brasileira fica ainda mais vulnerável às instituições financeiras credoras.

O valor máximo que poderia ser contratado seria aquele em que as parcelas comprometessem até 40% do valor mensal do benefício. Contudo, em vez de ser

considerado o valor mínimo atual do benefício (R\$ 600), que só vale até dezembro, a referência deve ser o valor original de R\$ 400. Assim, a parcela não poderá ultrapassar R\$ 160.

No entanto, o Consignado Auxílio, lançado em 11 de outubro, foi suspenso pela primeira vez entre 21 e 24 de outubro, pela Caixa. Depois, a instituição suspendeu o empréstimo consignado para beneficiários do Auxílio Brasil até 14 de novembro. De acordo com a Caixa, a suspensão foi causada pelo processamento da folha de pagamento do Auxílio Brasil, operação que envolve também a Dataprev e o Ministério da Cidadania.

Após permanecer suspensa por duas semanas, a contratação de empréstimo consignado para beneficiários do programa e renda mínima voltou a ser liberada pela Caixa Econômica Federal no início desta semana. O consignado estava suspenso desde o dia 1º de novembro e, conforme anunciado no primeiro dia deste mês, volta a operar hoje pela manhã.

Inflação para pessoas acima de 50 anos supera o IPCA

Eduardo Cucolo

A **inflação** para famílias chefiadas por pessoas com 50 anos ou mais de idade superou a verificada para os brasileiros em geral nos últimos 12 meses, de acordo com um novo índice de preços que mede o custo de vida desse público.

O IPCA 50+ ou "**inflação** dos longevos" foi criado pelo economista Arnaldo Lima, diretor do Instituto de Longevidade MAG, ex-secretário do Ministério da Fazenda e ex-diretor da Funpresp (fundo de pensão dos servidores federais).

O índice considera a mesma variação dos itens que compõem o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), calculado pelo IBGE e que serve como meta de **inflação**. Mas é feita uma ponderação no peso de cada produto e serviço com base na cesta de consumo das famílias chefiadas por essas pessoas.

No acumulado em 12 meses até outubro, a **inflação** dos longevos ficou em 7,2%, superior ao IPCA de 6,5% no mesmo período.

Famílias cujo chefe tem 50 anos ou mais de idade têm o consumo mais concentrado, relativamente, nos grupos saúde, transportes, comunicação e artigos de residência. Com isso, gastam relativamente menos com habitação, educação, alimentação e despesas pessoais.

A **inflação** dos longevos ficou abaixo da média geral de janeiro de 2020, quando a série do IPCA passou a ser divulgada com os pesos da nova POF (Pesquisa de Orçamento Familiar) do IBGE, até abril deste ano. Desde maio, o acumulado em 12 meses passou a superar o índice geral.

Uma das explicações para isso é que a desoneração dos combustíveis ocorrida a partir daquele mês teve impacto maior sobre o índice geral do que sobre o IPCA 50+, devido à diferença de peso desse item nas cestas de consumo dessas famílias.

Arnaldo Lima diz que o novo indicador é mais uma ferramenta para avaliar a situação financeira e patrimonial desse público. Enquanto a população brasileira com menos de 50 anos aumentou apenas 1% nos últimos dez anos, a parcela com 50 ou mais

cresceu 35%.

"Essas famílias possuem hábitos de consumo distintos, fazendo com que o impacto da **inflação** sobre suas despesas também seja diferenciado das demais faixas etárias", afirma o executivo.

Ele diz que esse público está mais ativo no mercado de trabalho hoje do que em décadas anteriores e que seus familiares são muito dependentes financeiramente desses chefes de família, exigindo mais poupança para o futuro e a utilização de um índice de **inflação** mais aderente para fins de planejamento previdenciário.

"Em termos de expectativa de sobrevivência, os cinquentões de hoje são os quarentões de ontem, mas com regras previdenciárias menos benevolentes. Ou seja, teremos uma população cada vez mais longeva, o que exigirá mais recursos disponíveis para fazer frente aos gastos crescentes, especialmente em saúde."

Outras instituições também possuem índices específicos para o público de maior idade, mas com alcance e metodologia diferentes.

O IPC-3i, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), se baseia em índices de preços da própria instituição e considera famílias com ao menos metade dos componentes com idade igual ou superior a 60 anos. A Fipe faz para o município de São Paulo cálculo também focado na população nessa faixa etária.

BC diz que é cedo para comemorar" queda da **inflação**

Igor Gielow

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou nesta terça (15) em Nova York que "é cedo para comemorar" os "indicadores incipientes" de queda da **inflação** no Brasil -na realidade, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) teve um aumento de 0,59% em outubro, interrompendo três meses de queda.

Campos Neto falava em evento do Lide, grupo fundado pelo ex-governador paulista João Dória. "Apesar de grande parte da melhora da **inflação**

recente ser devido a medidas do governo, existem indicadores incipientes que mostram uma melhora qualitativa. É cedo para comemorar, nós precisamos persistir no combate à **inflação**, precisamos persistir em atingir as nossas metas porque essa é a melhor forma de contribuir com o crescimento sustentável", disse.

Em meio ao debate sobre a prioridade que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende dar à área social em detrimento a cortes de gastos, ao menos em discurso que impactou o mercado financeiro, Campos Neto fez uma defesa da responsabilidade fiscal para garantir investimentos sociais.

"Temos de mostrar disciplina fiscal. Existe um ponto de inflexão em que apoiar os mais necessitados coloca em risco a estabilidade", afirmou. "Precisamos de um conjunto de políticas que olhe o social, mas que atraia investimento."

Ele defendeu a ação do BC no contexto da pandemia da Covid-19. "Acho que o Banco Central identificou rápido o começo da pandemia. Fez a maior liberação de capital e liquidez muito rapidamente. O Banco Central identificou mais rápido o caráter persistente da **inflação**, e foi o primeiro a subir os juros", afirmou, citando o cenário posterior, com a Guerra da Ucrânia, que alimentou preços de energia e alimentos no mundo todo.

Em sua fala, Campos Neto previu um crescimento menor no ano que vem, dada a desaceleração mundial puxada pelos Estados Unidos. "Mas o Brasil é um sério candidato a ser beneficiado pela nova realidade global. Tem energia renovável em quantidade grande. Devemos evitar o aumento de **impostos**", afirmou, aplaudido pela plateia composta majoritariamente por empresários brasileiros.

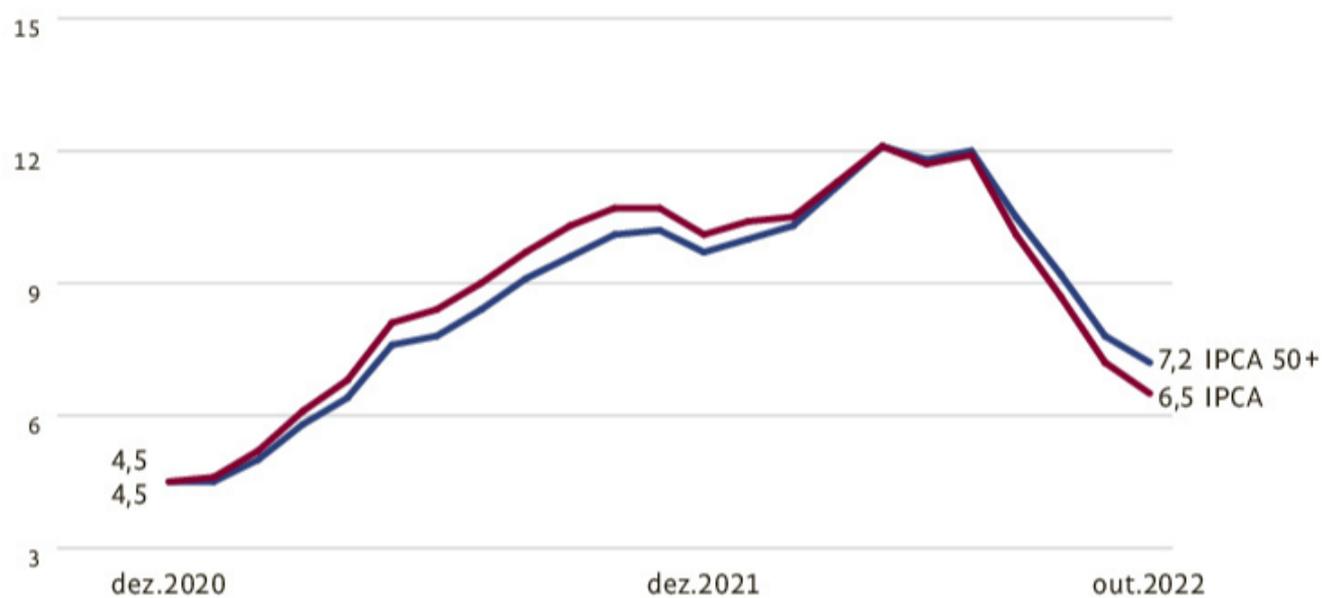
Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

97

Inflação dos longevos supera IPCA desde maio

Acumulado em 12 meses, em %



Fonte: Instituto de Longevidade MAG e IBGE

Com Lula, país participará mais de temas globais, afirma analista



Jacob Shively, professor de relações internacionais na Universidade do Oeste da Flórida divulgação



Em seu primeiro mandato, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se encontra com o presidente russo, Vladimir Putin, no Kremlin, em 2005. Eduardo Kropf - 16.04.05/7049295

A experiência dos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na Presidência e seus discursos na campanha e após a vitória indicam que o Brasil deve passar a se inserir mais em questões globais e se envolver em organizações internacionais do que o que se viu ao longo dos quatro anos sob Jair Bolsonaro (PL).

"Lula é muito mais familiarizado com a linguagem internacionalista, então podemos esperar um Brasil mais engajado retórica e diplomaticamente", explicou o professor de relações internacionais na University of West Florida Jacob Shively em entrevista ao portal Interesse Nacional.

Mesmo com essa tendência favorável a um papel global mais ativo para o Brasil, essa "volta do país ao mundo", como disse Lula, vai enfrentar desafios

impostos pelo contexto global, marcado por tensões entre grandes potências, com um contraste entre o Ocidente, liderado pelos EUA, e a China e a Rússia, avaliou Shively.

"O Brasil e seus vizinhos provavelmente enfrentarão pressão para escolher um lado nas principais questões comerciais e diplomáticas", disse.

Shively é coautor do recém-publicado artigo acadêmico "Brazil's Changing Foreign Policy Ambitions: Lula, Bolsonaro and Grand Strategy Analysis in the Global South" (as ambições de política externa do Brasil em transição: Lula, Bolsonaro e a análise estratégica no sul global, em tradução livre), em que compara a política externa nos governos Lula e Bolsonaro.

Ele argumenta que cada governo foi limitado ou moldado pelo status e por investimentos econômicos, diplomáticos e militares existentes do Brasil, mas os cálculos políticos e compromissos ideológicos de cada presidente se desdobraram de forma marcante.

Apesar dessas diferenças, ele avalia que o posicionamento de Lula até o momento sobre a Guerra da Ucrânia indica que alguns elementos da política externa do atual governo podem continuar vivos no próximo, refletindo "uma versão de esquerda do nacionalismo de Bolsonaro".

* Logo após a vitória, Lula disse que "o Brasil está devolta ao mundo". O que o senhor acha? Que mudança espera na política externa e como isso afetará o papel internacional do país? Lula está parcialmente correto. Com base em seu histórico, é provável que ele insira o Brasil em questões globais e envolva mais organizações internacionais do que Bolsonaro. Lula é muito mais familiarizado com a linguagem internacionalista, então podemos esperar um Brasil mais engajado retórica e diplomaticamente.

Além disso, com o enfraquecimento da pandemia e dos principais escândalos de governos anteriores, Lula pode ter menos distrações domésticas para se concentrar no exterior.

Ainda assim, a mudança na política externa pode se mostrar mais restrita com esse governo Lula em comparação a 2003. A situação econômica do Brasil e

os interesses comerciais internacionais restringem qualquer presidente. Além disso, o forte contingente bolsonarista no Congresso deixa Lula com menos espaço para impulsionar grandes mudanças dentro e fora do país.

Tão importante quanto isso, o próprio Lula parece ter moderado suas ambições para o Brasil no mundo. Sua retórica de campanha neste ano sugere que ele quer mudar a perspectiva do Brasil de nacionalista para internacionalista, mas 20 anos atrás ele imaginou o Brasil se juntando a outros Estados em ascensão compartilhando a liderança em nível global e na América do Sul.

O Brasil viu seu perfil diplomático crescer nesse período, mas as maiores ambições de Lula, da liderança latino-americana a uma reforma do Conselho de Segurança da ONU, falharam em grande parte em produzir mudanças.

Lula também disse que o mundo sente falta do Brasil no cenário global. Sempre há espaço para o Brasil desempenhar papel global ativo. Está em uma posição única graças ao seu tamanho, influência cultural, recursos e posição em organizações internacionais. Como sempre, o desafio do Brasil é equilibrar seus desafios políticos, sociais e econômicos internos com a projeção de uma agenda clara e consistente com o resto do mundo.

Nesse contexto, Bolsonaro enquadrando o mundo em grande parte em termos de amigos e ameaças, com alguns Estados -notadamente a China- como parceiros de negócios necessários e pragmáticos.

As ambições de política externa de Lula são moderadas em comparação aos dois primeiros mandatos, mas ele traz uma visão mais ampla do papel do Brasil no cenário mundial. Nos próximos meses, precisamos observar as indicações de seu gabinete e as prioridades políticas.

Onde ele investir seu "capital político", como dizemos em ciência política, revelará se estará exercendo um papel assertivo como fez em seus primeiros mandatos ou se podemos esperar que a retórica da política externa do Brasil mude, mas suas prioridades diplomáticas e econômicas básicas permaneçam basicamente estáveis.

O mundo mudou muito desde 2003. Há uma guerra na Europa e crescentes tensões entre EUA e China. Como esse contexto afeta o posicionamento do Brasil? Quais serão os maiores desafios no cenário internacional? Em nível global, o maior desafio nos próximos anos para o Brasil e muitos outros governos será a crescente separação entre o que poderíamos

chamar de ordem econômica e política liderada pelos EUA em contraste com Pequime, em menor grau, Moscou.

O Brasil e outros governos da América Latina viram as advertências retóricas de Washington sobre a integração econômica com a China, mas isso foi apoiado por relativamente pouca pressão econômica e diplomática. É provável que isso mude. Os desenvolvimentos que impulsionam esse movimento incluem os choques na cadeia de suprimentos associados à pandemia, o crescimento das ameaças à segurança cibernética e a expansão estratégica sob Xi Jinping e a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Os líderes em Washington e em outros lugares estão menos otimistas de que a integração global tenha sempre um resultado positivo. Hesito em chamar o que vemos de uma nova Guerra Fria, é exagerado. Ainda assim, o Brasil e seus vizinhos provavelmente enfrentarão pressão para escolher um lado nas principais questões comerciais e diplomáticas.

Além disso, a pressão para agir sobre as mudanças climáticas continua a crescer. Para Bolsonaro, a Amazônia como recurso econômico era um ponto contínuo de forte tensão com certos governos estrangeiros, principalmente França e Alemanha.

Dado seu histórico de políticas e retórica atual, Lula provavelmente aliviará essa tensão. Ainda assim, podemos esperar que a Amazônia seja uma grande preocupação internacional, ao lado de uma série de outros desafios ambientais que todas as economias modernas enfrentam.

Em 2020, discutiu-se o quanto a sério o mundo levaria a política externa de Biden, já que Trump mudara a posição dos EUA. Algo assim pode acontecer com Lula? O mundo levará a sério a "volta" do Brasil à política externa tradicional? Esse é um verdadeiro desafio para qualquer democracia polarizada. Em suma, o mundo levará a sério essa mudança de política externa, mas sua disposição de segui-la com compromissos diplomáticos e econômicos pode ser limitada até que vejam surgir uma direção clara no cenário político doméstico. Por um lado, minha própria pesquisa sugere que a mudança da política externa nos EUA e no Brasil é mais restrita entre as administrações do que podemos imaginar. Compromissos existentes, interesses econômicos, expectativas ideológicas, entre outros, dificultam mudanças práticas e revolucionárias.

Além disso, os governos tendem a construir reputações e históricos e seu corpo diplomático tende a permanecer mais estável do que suas lideranças políticas. Esses fatos podem suavizar a tendência de

mudança de liderança para criar política e reputação.

Apesar disso, as prioridades dos líderes importam para percepções e compromissos diplomáticos. Assim como os observadores precisam se perguntar se as prioridades da política externa de Biden podem desaparecer após a próxima eleição, eles também observarão a política do Brasil em busca de dicas sobre se, e até que ponto, os compromissos externos do Brasil serão confiáveis e duradouros.

O que restará das mudanças de Bolsonaro na política externa? Provavelmente os aspectos mais volúveis serão revertidos, mas alguns aspectos do nacionalismo geoestratégico e econômico de Bolsonaro devem permanecer. Mais visivelmente, veremos a retórica da política externa se afastar das prioridades nacionalistas de Bolsonaro, que destacou a conversa de "valores tradicionais" e civilização judaico-cristã, juntamente com grande ceticismo em relação às instituições globais. Em termos práticos, Bolsonaro enfatizou o relacionamento com outras lideranças de direita e viajou menos do que Lula quando era presidente. Muito disso será relativamente fácil para Lula reverter ou abandonar.

Ainda assim, o próprio Brasil tem uma longa história de foco doméstico regional. Bolsonaro se baseou nessa tradição. Lula tentou se opor a essa preferência em seus dois primeiros mandatos, mas em sua última campanha ele parece ter seguido alguns aspectos da liderança de Bolsonaro. O exemplo mais revelador pode ser seus comentários sobre a Guerra da Ucrânia.

Ao enquadrar os dois líderes como igualmente responsáveis, ele seguiu amplamente uma versão de esquerda do nacionalismo de Bolsonaro. Nessa abordagem, a liderança procura enfatizar os interesses econômicos específicos do Brasil e evitar emaranhados globais mais amplos, particularmente emaranhados que são percebidos como instigados no norte global.



Como sempre,
o desafio do
Brasil é
equilibrar
seus desafios
políticos, sociais
e econômicos
internos com
a projeção de
uma agenda
clara e
consistente
com o resto
do mundo



Em nível global,
o maior desafio
nos próximos
anos para o
Brasil e muitos
outros governos
será a crescente
separação
entre o que
poderíamos
chamar de
ordem
econômica
e política
liderada pelos
EUA em
contraste com
Pequim e, em
menor grau,
Moscou

Cybercrime brasileiro se expande e agora ameaça Europa e EUA

Marcos de Moura e Souza De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

Países perdem US\$ 89 bi com falta de transparência das múltis, aponta ONG

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

Divergência na validade da PEC

fernanda stricklandfabio grecchi

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição deve ser apresentada, hoje, no Congresso. Porém, apesar de estar praticamente decidido que o texto se referirá apenas ao Auxílio Brasil - que ficaria de fora do teto de gastos para que pudesse ser mantido o valor de R\$ 600 no próximo ano -, o tempo de duração ainda gera divergências. Interlocutores do Parlamento com a equipe de transição resistem à ideia de que a previsão de ultrapassar o limite de gastos vá além do primeiro ano do futuro governo.

O relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI), é um dos defensores de que o texto da PEC valha para os próximos quatro anos. "Não vejo necessidade alguma de colocarmos um prazo de validade em uma medida social, que vai ter um impacto da mais alta importância na vida dos brasileiros mais pobres. Seria um desgaste e um risco desnecessários termos que fazer uma articulação política, todos os anos, para convencer os parlamentares do óbvio: a nossa responsabilidade social com os mais carentes", observou.

A principal resistência a um texto para o Auxílio Brasil valendo para os próximos quatro anos é do Centrão. Na segunda-feira, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira - presidente licenciado do PP, um dos partidos que integram o bloco parlamentar -, considerou que estender a validade do texto para além do primeiro ano do governo Lula é diminuir a importância do Congresso eleito para a próxima legislatura.

"A questão de estender para quatro anos a atribuição do Congresso que termina não é só a usurpação de poder do Congresso que ainda nem começou. É a falta de critério democrático. Vivemos num sistema de reeleição. O mandato presidencial pode ser de oito anos. Por que então não definir políticas de quase uma década, já retirando as atribuições também do Congresso de 2027 que ainda nem foi eleito?", criticou.

Para arredondar o conteúdo da PEC e tentar desfazer as resistências, integrantes da equipe de transição se reúnem, hoje, com lideranças dos partidos no Congresso. O senador eleito Wellington Dias (PT-PI), que tem feito a ponte entre o time do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o Legislativo, se mantém otimista com a aprovação da PEC, apesar das divergências sobre o prazo de validade.

"A gente excepcionaliza na Emenda Constitucional esse valor do programa Auxílio Brasil, ou Bolsa Família, como ele deve voltar a ser chamado", explicou, na entrevista que concedeu, na noite de segunda-feira, ao programa Roda Viva, da TV Cultura.

Sem recursos

Segundo o senador, o governo de transição mapeou um conjunto de áreas que estão a descoberto de previsão orçamentária - ou seja, não estão previstos os recursos que deveriam atender esses setores. "O (atual) governo, na ânsia de fechar o ano com um superavit, colocou na lona todas as áreas. (Precisamos) abrir espaço para que tenhamos as condições de pagamento do Auxílio Brasil, o valor necessário para que a partir de janeiro siga pagando o que se paga até dezembro, que é R\$ 600", destacou. O principal objetivo da PEC é o de assegurar, imediatamente, promessas feitas pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) durante a campanha - entre as quais o reajuste do salário mínimo acima da **inflação**.

Já está decidido que a PEC começará a tramitação pelo Senado, cujo rito é mais rápido do que na Câmara dos Deputados - onde o texto deve ser submetido à análise de uma comissão especial, cujos integrantes são indicados pelos partidos. A ideia era aprovar a emenda até a próxima semana, mas, devido às dificuldades, esse prazo passou a ser considerado irreal.

Se for apresentada hoje, o presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG) deve decidir até o final desta semana quem relatará a PEC. Se aprovada na Casa, na Câmara deve ser apensada à PEC 24/2019, que já está na pauta de votações.

Lula reforça que auxílio deve ficar fora do teto

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com John Kerry, enviado dos EUA à COP 27



Danielle Brant

O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), defendeu junto ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), retirar por quatro anos o valor do Auxílio Brasil, que voltará a se chamar Bolsa-Família, do teto de gastos, regra que limita o aumento das despesas à **inflação**. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que retira o benefício do teto de gastos para manutenção do valor de R\$ 600 a partir de 2023, deve ser apresentada hoje ao Congresso Nacional. Lula e Pacheco conversaram reservadamente por cerca de 15 minutos, ontem, no Egito, onde participam da 27- Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 27), em Sharm el Sheikh. Lula vai discursar hoje na conferência, mas ontem já teve agenda cheia. Ele se reuniu com o enviados especiais do clima dos EUA, John Kerry, e da China, Xie Zhenhua.

A discussão de retirar o valor do Bolsa-Família do teto está sendo feita pela equipe de Lula, que deve apresentar ao Congresso, nesta semana, a chamada Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que trata do assunto. Alguns integrantes da equipe e congressistas defendem retirar definitivamente o valor do Bolsa-Família do teto, em meio a discussões sobre flexibilização desse limite fiscal. Segundo interlocutores do presidente do Senado, Pacheco teria reforçado ao presidente eleito que o teto é uma "conquista" do país e que o Congresso é favorável à manutenção da regra fiscal.

No entanto, conforme teria ressaltado o senador mineiro, os parlamentares aprovariam a retirada do

valor do Bolsa-Família do teto por quatro anos por se tratar de uma promessa tanto da campanha de Lula quanto da do presidente Jair Bolsonaro (PL), derrotado nas eleições. Pacheco também teria dito ao petista que os parlamentares têm a sensibilidade de que é preciso aprovar a PEC porque os mais vulneráveis precisam do benefício, em um contexto de dificuldade da economia.

Ainda ontem, Lula se reuniu com o americano John Kerry e o chinês Xie Zhenhua. O teor da conversa entre eles não revelado. As conversas ocorreram no hotel onde a comitiva de Lula está hospedada no balneário no Mar Vermelho. Em sua conta oficial no Twitter, Lula publicou fotos com os dois representantes das duas maiores economias do mundo.

O petista postou mensagem no Twitter: "Me reuni agora há pouco com John Kerry, dos EUA, e Xie Zhenhua, da China, que representam seus países, as duas maiores economias do mundo, no debate climático na COP".

Antes do encontro, Kerry afirmou que estava animado com a perspectiva de mudança da política ambiental brasileira com o novo governo.

O petista ainda se reuniu com a deputada federal eleita Marina Silva (Rede-SP), para tratar de temas ligados à pauta ambiental.

"O Brasil voltará a ser referência na questão climática mundial", disse Lula pelo Twitter, ao relatar a conversa com Marina. Segundo o petista, a reunião com Marina tratou, também, da "participação da sociedade civil brasileira" na COP 27. Hoje, Lula vai discursar aos participantes da conferência, às 17h15, na Zona Azul, local coordenado pela ONU. Na área, costumam ocorrer negociações entre líderes mundiais. O dia prevê ainda encontro com os governadores Waldez Góes (PDT-AP), Gladson Cameli (PP-AC), Mauro Mendes (União Brasil-MT), Hélder Barbalho (MDB-PA), Wanderlei Barbosa (Republicanos-TO) e Marcos Rocha (União Brasil-RO).

Ao lado do presidente eleito, os líderes locais vão participar do painel Carta da Amazônia -Uma agenda comum para a transição climática. Amanhã, Lula vai ter encontro com representantes da sociedade civil brasileira. Estão previstas também conversas com

emissários do Fórum Internacional dos Povos Indígenas e do Fórum dos Povos sobre Mudanças Climáticas.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/16/11/2022/p1>

A conta da gasolina (Editorial)

Os governos estaduais já sentem o impacto da redução das alíquotas de ICMS sobre combustíveis, energia, telecomunicações e transportes, aprovada em julho pelo Congresso como parte do pacote eleitoral de Jair Bolsonaro (PL).

Dados coletados pela Instituição Fiscal Independente mostram queda de 6,5%, já descontada a inflação, na coleta do imposto no terceiro trimestre, ante o período correspondente do ano passado.

Trata-se de uma reviravolta, tendo em vista o crescimento da arrecadação próximo a 4,5% observado até a metade do ano.

A decisão do Congresso reduziu as alíquotas do ICMS sobre esses itens tidos como essenciais, de até 30% em alguns estados, para um máximo de 18%. Como energia e combustíveis respondem por cerca de 30% da receita do tributo, em média, o efeito é significativo.

As contas serão mais afetadas em 2023, quando a influência da alta da inflação e da expansão da economia deve perder força. Com compromissos assumidos, inclusive reajustes salariais concedidos por vários governadores, haverá redução dos saldos em caixa e menor espaço para a preservação de custeio e investimentos.

Os estados aproveitaram a bonança até agora. A arrecadação em alta propiciou superávit primário (excluindo gastos com juros) de R\$ 57 bilhões nos 12 meses encerrados em setembro. Já se nota, entretanto, uma queda sensível nesse saldo positivo acumulado, que chegava a impressionantes R\$ 102 bilhões em maio.

Para os governadores, o corte foi uma interferência indevida, que fere a autonomia federativa. Por isso, cobram compensações da União. A lei aprovada prevê que o governo federal deverá compensar perdas superiores a 5%, mas vale apenas para este ano.

A controvérsia está no Supremo Tribunal Federal, que avalia a constitucionalidade da regra e busca uma conciliação das partes. Será estranho se a corte optar por apenas sustar a legislação, uma vez que já decidiu antes pelo corte de tributos sobre produtos essenciais.

Uma alternativa plausível é o gradualismo, para que os Estados tenham tempo de adaptação, obrigando a União a arcar com compensações por mais algum

tempo.

Em qualquer caso, porém, há que ter em mente a penúria dos cofres federais, que serão deficitários em 2023 -ainda mais com a ampliação de despesas pretendida pelo governo eleito. Eis mais um motivo para prudência na confecção do Orçamento do próximo ano.

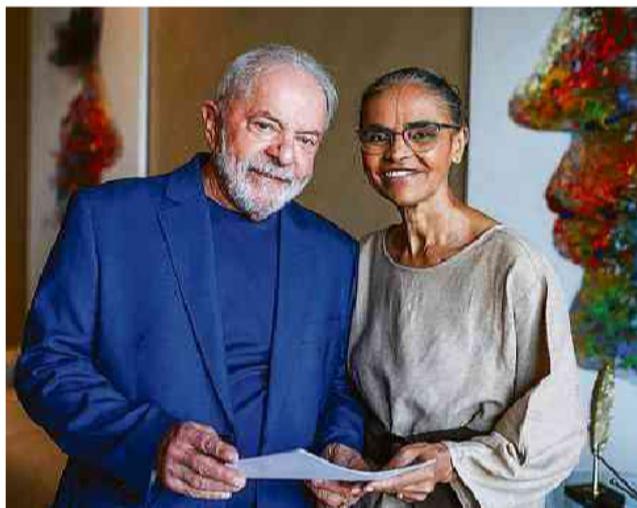
As alíquotas anteriores de ICMS de fato eram excessivas. O ideal é que os Estados arquem com grande parte do ajuste, por meio de controle de desembolsos com pessoal, reformas na administração e revisão de benefícios fiscais.

O problema deveria também servir de estímulo a uma reforma tributária que harmonize a cobrança sobre bens e serviços e acabe com a guerra fiscal na Federação.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50097>

O Brasil mediador está de volta, diz Lula em reuniões com China e EUA



Lula e Marina Silva na conferência Ricardo Stuckert/Divulgação

Se querem paz, China e Estados Unidos são capazes de criá-la, disse Lula aos enviados especiais do clima da China, Xie Zhenhua, e dos Estados Unidos, John Kerry.

O presidente eleito recebeu as autoridades no hotel onde está hospedado em Sharm el-Sheikh, no Egito. Ele chegou na madrugada desta terça (15) para participar nos próximos dois dias da COP27, conferência do clima da ONU.

Os encontros com os emissários chinês e americano aconteceram separadamente e ambos trataram sobre a Guerra da Ucrânia. Segundo pessoas que acompanharam as reuniões, o presidente afirmou que o Brasil como mediador do mundo está de volta, pois o país sempre tivera esse papel, através da sua diplomacia.

Estados Unidos e China se reúnem ainda nesta terça (15) após conversas com Lula, segundo assessoria do presidente eleito. A reunião já estava na agenda dos países.

Com o representante chinês, Lula discutiu também sobre o fortalecimento da cooperação

Sul-Sul. Já com John Kerry, Lula focou na agenda climática.

Antes da reunião com o petista, Kerry disse à BBC Brasil que está "confiante" de que o futuro presidente vai promover uma "guinada completa" na política

ambiental do Brasil.

"Diga a Biden que o Brasil está de volta à agenda climática, ao cumprimento do Acordo de Paris. Seremos novamente um ator importante na agenda internacional", disse Lula a Kerry, segundo presentes na reunião, mirando firmemente os olhos do americano.

Entre as duas agendas, Lula ainda conversou por telefone com o presidente do Egito, Abdel Fattah el-Sisi, mas evitou temas delicados e adotou um tom protocolar, sob o qual mencionou estreitar as relações entre os dois países.

A sequência de reuniões de Lula começou com uma com a deputada federal eleita Marina Silva (Rede-SP), principal cotada para voltar ao comando do Ministério do Meio Ambiente no novo governo. A ex-ministra levou ao presidente eleito o estado das coisas da COP27 e o resultado das reuniões bilaterais que ela conduziu como parte do governo de transição, com países como Alemanha, Noruega, Estados Unidos e Japão.

Lula também recebeu em seu hotel, cujas diárias partem de R\$ 9.000, segundo sites de reservas, os senadores Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Eliziane Gama (Cidadania-MA), Kátia Abreu (PP-TO) e Fabiano Contarato (Rede-ES).

Com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), como revelado pelo Painel, Lula defendeu retirar por quatro anos o valor do Auxílio Brasil (que voltará a se chamar Bolsa Família) do teto de gastos, regra que limita aumento das despesas à **inflação**. Eles conversaram reservadamente por cerca de 15 minutos.

O convite a Lula para participar da COP27 partiu do governador reeleito do Pará Helder Barbalho (MDB) e também do presidente Sisi -a hospedagem no balneário onde é realizada a conferência está a cargo do governo egípcio, diz a assessoria do petista.

A agenda oficial de Lula na conferência começa, porém, apenas nesta quarta (16), com um evento ao lado dos governadores da Amazônia, seguido de um pronunciamento na área da ONU. No dia seguinte, ele se encontra com representantes da sociedade civil

brasileira e participa do Fórum Internacional dos Povos Indígenas/Fórum dos Povos sobre Mudança Climática.

O presidente eleito chegou ao balneário de Sharm el-Sheikh na noite desta segunda-feira (14; madrugada de terça-feira, 15, no Egito) a bordo de um avião do empresário José Seripieri Junior, fundador da Qualicorp e dono da Qsaúde. Na sua comitiva, entre outros, está Janja, sua esposa, que nesta terça fez visita ao estande de ONGs brasileiras na COP e se reuniu com lideranças femininas.

Em meio a expectativas crescentes sobre o que o petista deve apresentar na conferência, organizações socioambientais do Brasil e de fora esperam e também sugerem novos compromissos que ele poderia trazer à COP.

Além da promessa feita em campanha de zerar o desmatamento na Amazônia -que provavelmente será reforçado-, alguns anúncios poderiam ser feitos com maior facilidade, sem comprometer a construção do governo. Entre eles está a possibilidade de comunicar que pretende levar a COP para o Brasil em 2025.

A presidência da COP do Clima tem rotatividade regional e volta a ser de um país latino-americano em 2025. A conferência teria acontecido no Brasil em 2019, mas foi cancelada por Bolsonaro ainda em 2018, logo após sua eleição.

Parte das organizações brasileiras também espera ouvir de Lula um compromisso de corrigir a meta climática brasileira no Acordo de Paris, que sofreu uma "pedalada climática" durante o governo Bolsonaro, com uma atualização que, na prática, reduz o compromisso com o clima.

Ainda assim, a grande questão que ferve nos corredores entre os três pavilhões brasileiros na COP é a do nome que comandará o Ministério do Meio Ambiente do terceiro governo Lula.

Os nomes que são tidos como os mais cotados -das ex-ministras Marina Silva (Rede-SP) e Izabella Teixeira, e do senador Randolfe Rodrigues (Rede)- para ocupante do cargo estão, inclusive, na conferência do clima, o que traz ainda mais eco para a possibilidade de um anúncio.

A presença de Lula na COP27 termina na sexta-feira (18), quando irá para Portugal.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

97

Polônia diz que foi alvo de míssil russo; Moscou nega participação (Artigo)



Bombeiros apagam incêndio em Kiev; metade da capital ficou sem luz

O governo polonês afirmou ontem que um míssil de fabricação russa foi responsável pela morte de dois moradores de Przewodow, cidade polonesa na fronteira com a Ucrânia. A Rússia negou ter atingido a Polônia, membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan).

O presidente dos EUA, Joe Biden, que está em Bali, na Indonésia, para uma reunião do G-20, foi informado sobre o caso e conversou com o presidente da Polônia, Andrzej Duda. Biden falou ainda por telefone com o secretário-geral da Otan, Jens Stoltenberg, informou a Casa Branca. O teor da conversa não foi revelado. Biden considerou improvável que o disparo tenha partido da Rússia. Os integrantes da aliança militar ocidental têm compromisso de proteção mútua, o que poderia aumentar a abrangência do conflito.

De acordo com o porta-voz do Ministério de Assuntos Exteriores da Polônia, Lukasz Jasi-na, a arma de fabricação russa caiu às 14h14 (11h14 em Brasília), a 24 quilômetros do território ucraniano. Ele afirmou que o embaixador russo em Varsóvia foi chamado a dar "explicações detalhadas" sobre o ocorrido. Não houve referência direta à autoria do disparo, nem de onde ele teria sido feito.

O episódio ocorreu em meio a uma ofensiva russa que lançou dezenas de mísseis contra a Ucrânia, o que danificou pelo menos 40% da infraestrutura

energética e chegou a deixar 10 milhões de habitantes sem luz - metade de Kiev ficou às escuras.

A aliança militar ocidental indicou que investiga os relatos e seus embaixadores se reunirão hoje. Os EUA se mostra ram cautelosos sobre as possíveis consequências de um ataque russo na Polônia.

A Rússia considerou os relatos de ataque uma "provocação intencional visando agravar a situação", enquanto o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, que tem pedido mais ajuda ocidental, acusou Moscou de causar uma "escalada muito significativa".

OFENSIVA. Os russos voltaram a fazer ataques aéreos em todas as regiões da Ucrânia. Os bombardeios acontecem dias depois de eles se retirarem da cidade de Kherson e a Ucrânia retornar ao local. Segundo autoridades ucranianas, ataques em Kiev atingiram edifícios residenciais e pelo menos uma pessoa morreu, enquanto em outras cidades a infraestrutura de energia foi destruída.

A nova onda de bombardeios segue a estratégia de atacar a rede elétrica ucraniana, o que a Rússia faz desde outubro aparentemente para tornar o inverno (Hemisfério Norte) uma arma de guerra, ao dificultar o aquecimento das residências. As ofensivas acontecem com mísseis e drones de longo alcance, após contratempos no campo de batalha.

G-20. A pressão internacional sobre a Rússia para o fim da guerra na Ucrânia aumentou ontem na cúpula do G-20 com uma reprovação que teve a adesão de China e Índia. O bloco escreveu uma carta conjunta, que ainda precisa ser aprovada pelos líderes, em que repudia o uso ou ameaça de armas nucleares e aponta as consequências do conflito em questões como segurança alimentar.

As delegações incluíram no rascunho um apelo à renovação do pacto entre Moscou e Kiev para permitir a exportação de cereais ucranianos, com data para expirar no dia 19. O pacto foi firmado em julho e permitiu a retirada de 20 milhões de toneladas de grãos que estavam bloqueados na Ucrânia pelo conflito.

A **inflação** e a desaceleração das economias pesam sobre os países que impuseram sanções à Rússia por

iniciar o conflito, dificultando que outras medidas semelhantes tenham apoio. A aproximação do inverno no Hemisfério Norte também põe os países da Europa em xeque em razão da necessidade de gás proveniente da RÚSSIA. AP, AFP e NYT

Brasil não tem como escapar de debate sobre regra fiscal (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Obstáculos ao novo governo

MANOEL VENTURA EDIMITRIUS DANTAS
politica@oglobo.com.br BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Proposta defende que resultado primário deixe de ser meta fiscal

Edna Simão De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

Após subir na covid, capacidade de poupar retoma a quase zero

Marcelo Osakabe De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

PIB ruma para maior nível histórico no 3º tri

Anais Fernandes De São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

G20 condena a guerra e promete proteger a estabilidade econômica

Assis Moreira De Genebra

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187382?page=1§ion=1>